

AS REFORMAS CURRICULARES E A PRÁTICA DOCENTE: REFLEXÕES A PARTIR DA (RE)FORMULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GEOGRAFIA - MOSSORÓ- RN – NE - BR

Amélia Cristina Alves Bezerra¹
Fábio Ricardo Silva Beserra²
Otoniel Fernandes da Silva Júnior³

INTRODUÇÃO

As recentes mudanças ocorridas na educação brasileira, especialmente no âmbito das licenciaturas plenas, provocaram o surgimento de novas demandas curriculares, promovendo a (re)formulação dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos universitários. Tais mudanças se situam no momento de reestruturação econômica da sociedade em que as noções de competências e habilidades ganham centralidade, inclusive no âmbito da educação, constituindo-se em um dos eixos norteadores das reformas curriculares que estão em pauta. Para além de uma lógica de mercado, esse quadro das reformas curriculares imposta pelos órgãos gestores da educação no Brasil, nos colocaram diante de uma reflexão acerca do currículo e da formação docente, nos conduzindo a (re)pensar o perfil do professor, bem como a sua prática.

Nesse contexto, nos propomos a pensar especificamente as reformulações vivenciadas pelos currículos de licenciatura em Geografia, para tanto, trabalharemos com uma realidade específica, qual seja, o Projeto Político Pedagógico do curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, localizada na cidade de Mossoró. Essa reflexão se propõe a abordar os eixos que nortearam tais mudanças, bem como as consequências na prática cotidiana dos alunos e professores do curso e resulta da participação de parte dos professores que compõem o quadro docente, inclusive dos propositores do presente trabalho, no processo de elaboração, institucionalização e implementação do PPP do Curso em questão. Esse processo foi orientado a partir das

¹ Profa. Dra. Dpto. de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte –UERN.
ameliacristina@uol.com.br

² Prof. Ms. Dpto. de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

³ Prof. Ms. Dpto. de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

recomendações curriculares definidas para os cursos de licenciatura, bem como pelas experiências e os saberes dos docentes e discentes envolvidos no processo.

Partindo das recomendações e das experiências o Projeto Político do Curso de Geografia foi redefinido a partir de quatro eixos aqui definidos pelos propositores do trabalho: *redirecionamento do perfil teórico dos conteúdos; relação ensino e pesquisa; relação do discente com a escola, campo de estágio; formação inicial e formação continuada*. Tais eixos nortearam o conjunto da sistematização dos conteúdos e das práticas pedagógicas propostas no projeto.

Essas redefinições ocorreram mediante tensões, desafios e superações, próprias da produção dos currículos, pois como bem nos aponta Silva (1996) ao produzir o currículo, somos também produzidos de forma muito particulares e específicas. Essas formas dependem de relações específicas de poder. “*Flagrá-las e identificá-las constitui, assim, uma ação fundamentalmente política*” (SILVA, 1996: 165). Assim, o currículo e, especificamente o Projeto Político Pedagógico enquanto uma de suas expressões, não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder. Transmite visões particulares e interessadas, nos construindo como sujeitos particulares e específicos.

Compreendemos melhor tais particularidades quando nos aproximamos dos contextos e dos sujeitos que produzem o currículo. Nesse sentido, o curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte expressa inúmeras particularidades, dentre as quais se destaca o fato de pertencer a uma Universidade Estadual que assume um importante papel na formação dos discentes em nível regional, pois a cidade de Mossoró na qual se encontra localizada ocupa um lugar estratégico na dinâmica regional do Estado. Mossoró representa a segunda maior cidade na hierarquia urbana potiguar e exerce um papel estratégico na região oeste do Rio Grande do Norte, sendo o lugar de convergência da maioria da população dos municípios vizinhos, inclusive de onde converge boa parte do corpo discente.

O curso tem o seu funcionamento nos períodos noturno e diurno, sendo no primeiro onde ocorre a concentração das disciplinas oferecidas na grade curricular e, no segundo, as atividades extra disciplinares (disciplinas optativas, atividades práticas, estágios etc.)

e congrega tanto os alunos oriundos dos municípios potiguares quanto de municípios localizados em outros Estados. Boa parte desse corpo discente é composto de estudantes que se dividem entre as atividades profissionais e universitárias.

Uma outra característica histórica do curso diz respeito à formação dos seus professores, que durante um longo período foi composto por docentes com formação adversa a geográfica, sobretudo de profissionais advindos da Agronomia. Esse cenário contribuiu para que o currículo apresentasse por muito tempo uma característica de bacharelado e, embora, esse corpo docente tenha redefinido seu perfil na última década com a entrada de professores com formação em Geografia, a necessidade de reformulação do currículo incidiu de forma significativa na característica que o curso havia assumido até então.

Assim, refletir sobre os elementos que proporcionaram essas mudanças coloca-se como uma das formas de repensarmos nossa práxis no processo de formulação e de execução do Projeto Político Pedagógico. Pois como bem destaca Veiga (2007), o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente (Veiga, 2007). Todo projeto propõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (Gadotti, apud Veiga, 2007).

(RE)FORMULANDO: MUDANÇAS E DESAFIOS.

Vários desafios se apresentaram no momento em que nos deparamos com a necessidade de reformulação do PPP de Geografia, muitos destes acentuados por conta da dimensão histórica do curso. Para discuti-los partiremos dos eixos propostos anteriormente, a exemplo do *redirecionamento do perfil teórico dos conteúdos*. Este ponto se apresentou como um dos mais tensos e conflituosos, sendo o momento em que as visões particulares e interessadas mais se expressaram. A necessidade da redefinição da carga horária específica dos conteúdos geográficos em detrimento da dimensão pedagógica proposta para as licenciaturas, nos colocou diante da necessidade de construirmos um outro olhar sobre os conteúdos necessários à formação dos professores, visto que não optamos pelo um aumento da carga horária total do curso e, conseqüentemente, por um tempo maior de formação dos discentes. Nesse sentido, o grande desafio seria articular a proposta de ampliação do conteúdo pedagógico sugerido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) com as disciplinas de conteúdo especificamente geográfico.

Esse processo foi permeado de tensões e conflitos que nos conduziu a uma postura diferenciada no tocante à formação do professor, pois, o que estava em jogo era o profissional que estávamos nos propondo a formar. Nesse processo nos colocamos diante da possibilidade de construção de um olhar diferenciado sobre a formação de professores e, conseqüentemente sobre o seu perfil.

Um outro eixo que norteou a reformulação do PPP do Curso de Geografia é aquele que se propõe a discutir a prática como componente curricular, sobretudo a partir da relação entre *ensino, pesquisa e extensão*. A grande dificuldade de trabalhar com essa tríade é a visão que construímos sobre a relação do professor com a pesquisa, pois foi produzido um imaginário de que pesquisa é para bacharel e o papel do professor se restringe a mera transmissão dos conteúdos. Assim, a proposição de atividades que integre essas dimensões nos colocou mais uma vez diante do desafio de construir um outro entendimento sobre o perfil do professor.

Esse novo perfil encontra no século XXI referenciais diferenciados na medida em que esse momento tem sido marcado por uma reestruturação do capital, da produção, das relações sociais e, conseqüentemente, do espaço. Novos elementos foram introduzidos enquanto outros, antigos, ou foram aniquilados ou ganharam novas formas e funções. Tudo isso sob a marca de um tempo cada vez mais acelerado, mais veloz, objetivando ao instantâneo e com uma quantidade e qualidade de informações sem precedentes. Tudo isso num *continuum* que redesenhou e continua redesenhando as relações socioespaciais.

Diante desse quadro, se faz necessário que o professor de Geografia seja capaz de interpretar a contento as transformações do mundo e do saber geográfico, sendo a pesquisa um dos caminhos a ser trilhados na solução desse desafio. Através da pesquisa são estimuladas a curiosidade e a criatividade, embora muitos alunos dos cursos de licenciatura sejam oriundos de escolas de ensino básico pautadas na memorização e na reprodução de um conhecimento pouco crítico, nas quais a reflexão e a criatividade são muito pouco estimuladas. Nesse sentido, a pesquisa pode e deve constituir oportunidade para o desenvolvimento de capacidade criativa e crítica.

No que se refere ao Projeto Político Pedagógico em questão a dimensão da pesquisa se expressou através de diferentes atividades propostas ao longo do curso a exemplo das

Oficinas em Geografia, concebidas como um dos componentes curriculares que buscam superar o caráter fragmentado do conhecimento e da relação teoria – prática – ensino.

As *Oficinas* vêm sendo trabalhadas entre o terceiro e o quinto período do curso de Licenciatura em Geografia, perfazendo um total de 420 horas, garantindo a aplicabilidade de conhecimentos e saberes em situações reais e/ou simuladas de ensino e gestão em espaços escolares e não-escolares. Em termos gerais, objetivamos construir situações contextualizadas, com a finalidade de promover a articulação teórico-prática numa perspectiva interdisciplinar, conforme o parecer CNE/CP 009/2001.

As Oficinas em Geografia ocorrem em horários pré-estabelecidos entre Orientador e alunos. Os encontros têm como finalidade nortear os alunos no desenvolvimento de atividades que contemplem os objetivos acima citados. Vale ressaltar que nas atividades de Prática Enquanto Componente Curricular, os alunos cumprem um papel fundamental que é o de exercitar e desenvolver a articulação teórico-prática por meio de projetos temáticos que variarão de acordo com o período e a área correspondente, isto é, as Oficinas variam de conteúdo e de práticas de acordo com a variação do período e da área – humana ou física.

A diferenciação entre os conteúdos humanos e físicos ocorre, sobretudo, devido ao seu caráter metodológico, de processos e estruturas utilizados em cada um destes ramos da ciência geográfica. Entretanto, essa diferenciação cessa durante a transposição didática de conteúdos geográficos apresentados para os alunos de ensino fundamental e médio, uma vez que nosso objetivo não é formar especialistas em geografia na escola, mas, por meio de uma geografia escolar, conduzir o aluno na percepção e apreensão do espaço vivido e, desta forma, contribuir para sua formação cidadã.

Essa transposição será buscada por meio da elaboração de um material didático que deverá conter a abordagem de temas que relacionem teoria-prática (artigos, *papers*, vídeo-documentários, peça teatral, cartilhas, jogos etc.).

Uma outra atividade proposta para incentivar a pesquisa ao longo do curso foi a elaboração de monografias a serem apresentadas no final do curso. Essa atividade se articula tanto com as *Oficinas em Geografia*, quanto com os *Estágios* bem como com as

disciplinas, na medida em que as temáticas trabalhadas na mesma podem ser aprofundadas na monografia.

A relação do discente com a escola colocou-se como o outro eixo que permeou a reformulação do Projeto Político Pedagógico. Nesse momento tínhamos que repensar a relação do estagiário com a comunidade escolar. Para tanto tínhamos que romper com uma prática vigente nas muitas propostas curriculares, em que o momento de aproximação do estagiário com o seu campo de atuação era restrito à sala de aula, ou seja, ratificando a proposta do técnico que executa suas aulas.

Contudo, o Estágio enquanto uma atividade de ensino-aprendizagem então regulamentado pelas resoluções do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002 e CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, reserva um aumento significativo nas suas horas de vivência ao longo dos cursos de licenciatura. Isso nos fez redirecionar as atividades desenvolvidas pelos estagiários nas escolas. É ainda apontado nessas mesmas resoluções que a prática dará ênfase aos procedimentos de reflexão e observação contextualizadas com o registro das observações e por meio da resolução de problemas.

Essas determinações que ampliaram as horas de estágio vieram ao encontro das inquietações já demonstradas tanto pelos professores orientadores na universidade quanto pelos professores colaboradores nas escolas, pois a impressão que tínhamos é que a experiência da prática dava-se de uma forma aligeirada, não trazendo grandes contribuições ao futuro profissional.

Esse novo cenário enceta alguns desafios como pensar em atividades que aproximassem o estagiário da realidade da sala de aula e o envolvesse mais nas rotinas dentro e fora da escola. Também a necessidade de elaborar uma equação que permitisse distribuir as horas de estágio de modo a desenvolver atividades de reflexão e observação. Por fim, inserir dentro desta proposta uma nova concepção de professor criador de situações-problemas, e propositor de projetos de ensino que objetivem facilitar o entendimento das questões pertinente a geografia escolar.

Acreditamos que esse foi um desafio enfrentado por todos aqueles que se propuseram a (re)pensar a modalidade de estágio até então realizada nas universidades brasileiras,

bem como pensar a função e o papel do professor de geografia no contexto atual. A preocupação maior não seria somente de distribuição de carga horária para o estágio supervisionado, mas sobretudo das atividades que estivessem atinentes a proposta de formação do professor até então discutida neste artigo.

Como proposta inicial dividiu-se o estágio em quatro fases correspondentes às experiências no Ensino Fundamental e Ensino Médio. As diferentes etapas do estágio envolvem atividades específicas e interrelacionadas: planejamento, observação, participação e regência.

Durante essas quatro fases os alunos estagiários tomam conhecimento do Projeto Político Pedagógico da escola, dos problemas infraestruturais, do perfil dos alunos (no seu aspecto de aprendizagem e socioeconômico) e das características de trabalho do professor colaborador. Diante de alguns dados iniciais o aluno estagiário é estimulado a propor uma atividade de projeto envolvendo uma temática pertinente a um problema da escola ou da comunidade que envolva os conteúdos geográficos para ser posteriormente aplicado durante a regência. Essas informações são adquiridas durante o período que se compreende como fase diagnóstica ou de conhecimento para o planejamento das ações de trabalho. A fase posterior equivale a regência e execução de um projeto de ensino anteriormente citado. Ao final de cada uma dessas fases o aluno-estagiário produz registros de cada uma das experiências relacionadas ao campo de estágio.

Ainda no âmbito das atividades a serem realizadas durante o estágio propusemos o desenvolvimento de trabalhos em espaços não-escolares visando ampliar as experiências com a educação geográfica para além da sala de aula e ainda contemplando as questões relacionadas à educação inclusiva. Acredita-se que essa proposta aponta para uma nova relação do estagiário com a escola, embora seja de constantes (re)fazeres, pois como processo, este projeto tem como foco a formação de um profissional habilitado a desempenhar as competências necessárias para o exercício da docência nos tempos atuais.

PALAVRAS (IN)CONCLUSIVAS

A construção dessa (re)formulação do projeto envolveu temporalidades variadas e participações diferenciadas, bem como tensões e conflitos advindos dos processos

históricos e geográficos inerentes as práticas dos sujeitos envolvidos. Essa (re)formulação, embora esteja em processo e inacabada, como é próprio dos Projetos Políticos Pedagógicos, tem apontado para uma formação mais consistente do professor de geografia, todavia, a sua implementação tem sido permeada de tensões, desafios e superações. A necessidade de uma aproximação com o universo da pesquisa e, sobretudo, com a escola tem exigido por parte de docentes e discentes uma maior dedicação ao curso, sendo que a maioria destes residem em outros municípios ou, em outros casos, são alunos trabalhadores, acentuando o desafio à realização de algumas atividades. Mesmo diante dessas dificuldades, esse processo tem conduzido a uma aproximação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, fortalecendo, assim, a práxis docente do professor de Geografia. A socialização dessa experiência permitirá visualizarmos as especificidades inerentes a cada curso, suas particularidades, mas também suas aproximações com outras realidades, possibilitando o desenvolvimento de ações que colaborem com a construção de uma Geografia crítica e de seu ensino direcionado à uma formação mais consistente e cidadã.

BIBLIOGRAFIA

CALLAI, H, C. A geografia e a escola: muda geografia? Muda o ensino? In: **Terra Livre**, São Paulo, AGB, 2001, n.16, pp.133-152.

CARLOS, Ana F. A. e OLIVEIRA, Ariovaldo U. de (orgs.) **Reformas no mundo da educação – parâmetros curriculares e geografia**. São Paulo: Ed. Contexto, 1999.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

_____ **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, Papirus, 1998.

LACOSTE, Yves. **A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas, Papirus, 1988.

PONTUSCHKA, N. N & PAGANELLI, T I. & CACETE, N H (orgs). **Para ensinar e aprender Geografia**. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, T T. **Identidades terminais. As transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. 1ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. v. 1. 274 p.

VLACH, Vânia Rúbia Farias . Sociedade Moderna, Educação e Ensino de Geografia In: VEIGA, I. P. A. e CARDOSO, M. H. (Orgs.). **Escola Fundamental: Currículo e Ensino** Campinas: Papirus, 1991.

VESENTINI, José. William. **O ensino de geografia no século XXI**. Campinas: Papirus, 2004.

